



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11004 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

DESIGUALDADES RACIAIS NA PANDEMIA DA COVID-19: Reflexões sobre o Brasil

Priscila Thayane de Carvalho Silva - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Audrilene Santos de Jesus - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Camila Ferreira da Silva Lopes - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEM/CNPq

DESIGUALDADES RACIAIS NA PANDEMIA DA COVID-19: Reflexões sobre o Brasil

Resumo

O presente estudo tematiza o racismo na sociedade de classes e tem como objetivo analisar os desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da covid-19. Logo, utilizou-se o método Materialismo Histórico-Dialético e uma abordagem qualitativa. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, além de um trabalho de mapeamento a partir dos dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, Atlas da violência de 2020 feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Boletim especial 20 de novembro de 2021 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para dialogar com a realidade dos afro-brasileiros em cenário pandêmico. Dos resultados do estudo, destacamos: que o racismo tem sido um eixo estruturante da sociedade brasileira mesmo numa fase pós-abolicionista; e que a Questão Racial tem sido uma das expressões da Questão Social na sociedade do Capital, de tal modo que as desigualdades são conexas na contemporaneidade; e ainda, que a pandemia acentuou as desigualdades raciais no Brasil.

Palavras-Chave: Racismo. Capitalismo. Desigualdades.

INTRODUÇÃO

A partir de uma reflexão histórico-crítica é possível analisar as desigualdades raciais

dentro de uma sociedade de classes na coetaneidade, o capital entra em um processo de crise que se constitui em mais um momento de reparo e de remodelação. Para tanto, ele necessita se reestruturar e, ao se reestruturar, precisa, obrigatória e simultaneamente, tecer um projeto ideopolítico que lhe confira legitimidade e sustentação. Desse modo, nota-se uma correlação da questão racial atrelada à questão social. Nesse sentido, os percursos aqui eleitos têm como objetivo analisar os desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da covid-19, dialogaremos com esses desdobramentos das desigualdades raciais inclusive no contexto educacional pandêmico. Sem olvidar que o racismo se transformou na força social e eixo estruturante da sociedade brasileira mesmo numa fase pós-abolicionista

METODOLOGIA

Usamos uma abordagem qualitativa por meio do método do Materialismo Histórico-Dialético. Triviños (2008) afirma que o método dialético, além de exigir capacidade reflexiva ampla, precisa do apoio de vasta informação e de sensibilidade para captar os significados e explicações dos fenômenos não só em nível de sua aparência, mas também, muitas vezes, de sua essência. Pretende-se aqui ir além das aparências e fenômenos, imergindo nas formas de existência, totalidade e dialogando com horizontes de uma práxis revolucionária e anticolonial. Dessa forma, partimos de uma pesquisa bibliográfica e documental combinada ao uso de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2019, Atlas da violência de 2020 e o Boletim especial 20 de novembro de 2021 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para dialogar com a realidade dos afro-brasileiros em cenário pandêmico. O fio condutor desse escrito centra-se na correlação entre desigualdades, classes sociais e racismo e, do ponto de vista da organização da discussão, o texto está dividido em quatro seções além da introdução e conclusão, a saber: no primeiro momento ocupamo-nos do debate sobre o ideal de branquidão que permeia a sociedade brasileira, e que se coloca na esteira da estruturação e perpetuação do racismo à brasileira; na sequência, demonstramos a interseção primordial entre as questões social e racial para o exercício de compreensão das expressões das desigualdades raciais; e, na penúltima seção o escrito aborda os desdobramentos dessas questões no cenário da pandemia da covid-19. E por fim, na última seção mostramos um apanhado educacional e o abismo racial na pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. O ideal de branquidão no Brasil

Questões sobre a raça tem sido pontos centrais de discussões pelo mundo da ciência, de acordo com Miranda (2010, p. 5), “a ideia de raça atravessa os séculos, habitando o imaginário dos seres humanos e sendo utilizada nas relações entre os indivíduos e povos a partir de diversas concepções e finalidades”. Surgiu baseada numa ideia e definição eurocêntrica e branca, pelo que Miranda (2010, p. 5) afirma ainda que “a palavra raça entrou na língua inglesa no começo do século XVI, sendo que as mudanças no seu uso refletem a

compreensão popular das diversidades físicas e culturais”. Para Munanga (2003), os cientistas naturalistas dos séculos XVIII-XIX desenvolveram suas pesquisas baseadas na designação de grupos humanos por meio dos atributos físicos e, infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar e estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças, elegendo uma relação intrínseca entre o biológico e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais, reforçando pseudociências fundamentadas na raciologia e em teorias racistas. Consequentemente, essa hierarquização ajudava a validar o sistema de dominação racial humano que sucedeu com a escravidão de pessoas negras no Brasil, na sua continuidade mesmo no pós-abolição e nas experiências da primeira e segunda guerras mundiais, como foi o caso da replicação do Fascismo na Itália e do holocausto nazista na Alemanha. Conforme Haselbag (1979), Cashmore (2000), Munanga (2003), dentre outros, a raça definitivamente não é um conceito regularizado pela biologia e com certeza padece de influências sociopolíticas no constructo ideopolítico, promovendo a manutenção das desigualdades e regalias sociais. Desse modo, para demarcar nosso posicionamento não usamos aqui raça em um sentido biologista, mas como uso sociológico e político para analisar a questão étnico-racial brasileira.

2. A Questão Social e a Questão Racial

Para subsidiar nossos entendimentos, vale a pena revisitar o pensamento de Ianni (1992), que afirma que a Questão social é dada conforme a época e o lugar, mescla aspectos raciais, regionais e culturais, em consonância com o contexto econômico e político. Assim, para o autor, o tecido da Questão Social mescla desigualdades sociais e antagonismos de significação estrutural. Na mesma linha teórica, Iamamoto (2006) assevera que a Questão social compreende um conjunto de expressões das desigualdades sociais geradas no âmago das relações sociais de produção na sociedade capitalista. De tal modo, a Questão social expressa as desigualdades de classe que se manifestam nas problemáticas de gênero, raça, etnia, nacionalidade, meio ambiente entre outras. E, na mesma esteira reflexiva, Fernandes (2008) argumenta que a questão racial foi forjada sobretudo na transição da ordem econômica escravagista e senhorial interligadas às transformações do sistema Capitalista e culminou nessa exclusão dos afrodescendentes quando situamos elementos como a qualificação educacional e ascensão social, econômica, qualidade de vida e acesso a saúde. Para os autores mencionados, a questão racial também é produto da Questão social e nasce no âmago de todas as disputas inerentes ao sistema capitalista. A partir desses movimentos apresentamos alguns contornos e expressões da Questão Social em conexão com a Questão racial nos aspectos como: pobreza, violência, morte, exclusão, marginalização, preconceito, racismo, desigualdades raciais e sociais, seus desdobramentos contemporâneos sobretudo na ausência de políticas públicas antirracistas. Sinalizamos ainda, tais questões no cenário da pandemia da Covid-19, onde as desigualdades sociais e raciais tornaram-se mais evidente dentro do sistema do capitalista.

3. O racismo na pandemia da Covid-19: desdobramentos das desigualdades raciais e o estatuto dos mortos vivos

É impraticável apresentar um estudo contemporâneo retratando as desigualdades sociais e raciais sem dialogar com o tempo presente e a situação da pandemia trazida pelo novo coronavírus 2019 (SARS-Cov-2 e suas variantes), problemas esses que angustiam o mundo inteiro após a origem de uma doença de alta contaminação e letalidade. Sabe-se que o surgimento desse vírus, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), teve notificação em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China, descritos os primeiros casos de pneumonia causada por um agente desconhecido. Nesse cenário, o Brasil se encontra no terceiro lugar no *ranking* dos países que mais mataram devido ao coronavírus, registrando até junho do respectivo ano o número de 668 mil mortos. Ficando atrás somente de dois países, nomeadamente: Estados Unidos da América e Índia.

O primeiro caso no Brasil de infecção pela doença ocorreu em fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, tratava-se de um homem de 61 anos de idade, que foi contaminado durante uma viagem internacional até a Itália. Porém, umas das primeiras vítimas letais do Covid-19 no país e que chamou muita atenção e comoção nacional foi o caso da Cleonice Gonçalves, 63 anos de idade, mulher negra que vivia na cidade do Rio de Janeiro e trabalhava desde os seus 13 anos de idade como empregada doméstica. Cleonice foi contaminada pelos empregadores, essa família sabia que estava com Covid-19, haviam positivado para a doença na semana anterior, mesmo assim não cumpriram o isolamento social e expuseram a trabalhadora doméstica, que faleceu em poucos dias após o contágio. Conforme Oliveira (2020), esse exemplo emblemático demonstra como a disponibilidade de recursos médicos e financeiros determinam, em grande medida, quem sobreviverá e quem perecerá à pandemia. Ironicamente o trabalho doméstico constituiu em um “serviço essencial”.

A pandemia do recente coronavírus ratificou de modo mais contundente as agruras e disparidades sociais e raciais do país. Além disso, percebe-se uma postura do governo federal que incentiva políticas negacionistas totalmente na contramão de políticas de saúde, como a vacinação, o isolamento social e a quarenta, procedimentos esses que são preconizados pela OMS e por cientistas e pesquisadores de saúde que alertam e buscam a contenção da pandemia. O Brasil demorou comprovadamente a atender medidas sanitárias mundiais e conseqüentemente a própria contenção do surto causado pelo coronavírus. Destarte, é inquestionavelmente o cenário de caos que afeta sobretudo a população mais vulnerável e desfavorecida economicamente que em sua maioria são os afro-brasileiros e os povos indígenas. Quando sobrevivem, são relegados ao abandono estatal e a políticas que não os incorporam nem os favorecem. As reflexões postas acima parecem dialogar com aquilo que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2017, p. 152) tematiza em “Políticas da inimizade”, ao destacar as “[...] vastas populações que estão sujeitas as condições de vida muito próximas do estatuto dos mortos-vivos”. A pobreza é visível a olho nu, inclusive antes da pandemia. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) de 2018 do (IBGE), mais de 11,5 milhões de brasileiros moram em casas superlotadas, ou seja, que abrigam mais de três pessoas por dormitório. Os cômodos cheios são uma realidade mais comum entre os pretos e pardos. Nesse último recorte, há ainda um abismo entre as mulheres

chefes de família brancas (8%) e mulheres chefes de família negras (12%). Santos (2020, p. 15) ressalta que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros”. Os dados da DIEESE (2021, p. 04) comprovam que para os negros, a taxa de desemprego é sempre maior do que a dos não negros. Os campos de maiores atuação destinados às mulheres são os serviços domésticos ou “diaristas”, as mulheres representam mais de 92% inclusas nessas profissões, observamos também que 65% das vagas são ocupadas por mulheres negras e pardas. Isso posto, há um aprofundamento das disparidades conectando diretamente campos de raça/cor e sexo. Um ponto a ser analisado e refletido são as expressões das desigualdades raciais nos aspectos estatísticos relacionados mais diretamente com fatores como violência. São os trazidos pelo Atlas da Violência (2020, p. 68), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que fala sobre as vítimas de violência letal aqui no país, “indicam superioridade dos homicídios entre homens e mulheres negros (pretos e pardos) em relação a homens e mulheres não negros, chegando a ser 74,4% superior para homens negros e 64% para mulheres negras”. Da mesma forma quando afunilamos nosso olhar para a questão de gênero “as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras.” (IPEA, 2020, p. 47). Entre 2008 e 2018, percebeu-se que a taxa de homicídios de negros no Brasil saltou de 34 para 37,8 por 100 mil habitantes, o que representou o aumento de 11,5% aos homens e mulheres negros e pardos.

4. Brasil, pandemia, política educacional e o abismo sociorracial

A conjuntura pandêmica, pressionou mais as nações do mundo, inclusive a brasileira, a suspensão das atividades não essenciais devido as emergências de saúde pública afetaram as instituições e processos educativos, operou um novo desafio mediante a incorporação do ensino remoto digital ou a escolher para a anulação do ano letivo de 2020. Para Reis (2021, p.06) “o ensino remoto emergencial foi adotado com maior rapidez por instituições privadas de ensino e, mais tardiamente, por instituições públicas, como solução inevitável para continuidade do ano letivo”. Dados da pesquisa TIC Domicílios de 2019 apontaram que 20 milhões de domicílios brasileiros não possuíam internet. Rezende (2016) afirma que, além do acesso à internet e da posse de equipamentos digitais adequados, o chamado letramento digital também é desigual na sociedade brasileira, de modo que nem todos os usuários têm intimidade com as novas tecnologias para saber manejá-las corretamente. Quanto à questão sociorracial, observou-se que a balança pende contra os corpos negros. Segundo o levantamento do Banco Mundial de 2020, o percentual de crianças negras sem acesso a atividades escolares no Brasil chegou a 12,5% em novembro de 2020, praticamente o dobro das brancas, indígenas e asiáticas (6,4%). O abismo sociorracial é evidenciado com o informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgado em 2019 pelo IBGE, os negros representam 75,2% do grupo formado pelos 10% mais pobres do país; já entre os 10% com maior renda *per capita*, brancos somam 70,6%, enquanto negros são 27,7%. Em situação de ensino remoto emergencial, diante da realidade de crise e da pobreza

no país, não se pode ser otimista quanto aos indicadores futuros. Mediante aos dados observamos que os ciclos escolares são descontínuos, houve uma grande negação e direito do acesso escolar e da própria educação e uma desigualdade e abismo racial educacional profundo e transversal. Mediante a conjuntura exposta e devido as dificuldades no mundo e no país antes, durante e pós pandemia refletimos o direito a dignidade humana e educação a partir da própria carta magna do Brasil e vemos a falta de cumprimento dos artigos que asseguram os direitos fundamentais dos brasileiros, aos quais o atual governo de Jair Messias Bolsonaro, sucessivamente vem negando, seja na exclusão e não acesso educacional dos brasileiros, ora atingidos pelas suas singularidades no processo de ensino e aprendizagem, na limitação digital, do não acesso à internet, nas escassas condições econômicas, sociais e familiares, na falta de infraestrutura para estudo, na carência de saneamento e serviços sociais básicos, na ausência de uma qualidade de vida, no enfrentamento da violência, vulnerabilidade social, completo abandono estatal e descaso político para contenção da pandemia no país. Ainda assim, nesse cenário que remonta a realidade de um país em guerra, o povo vulnerável, periférico e preto são antagônicos a tais supressões e se dispõem ao ato corajoso de sobreviver e resistir. O atual governo de Jair Messias Bolsonaro e sua ofensiva neoliberal e negacionista demonstram seu descompromisso com a classe trabalhadora, sua investida nos desmontes dos direitos sociais e o descomprometimento com a da própria política de educação, com políticas racistas e quando se trata do extermínio dos corpos negros. Observa-se assim, no desalento pandêmico da Covid-19, a defesa intransigente não pela vida, mas sim pela morte.

CONCLUSÃO

Analisar os desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da covid-19, significou mostrar as agruras de todo um sistema que além de privilegiar determinadas classes sociais também exclui e marca alguns corpos, sendo esses desumanizados sistematicamente e culturalmente na sociedade brasileira. Além disso, vimos uma pandemia das desigualdades que se expressou com muito mais rigor para população mais vulneráveis que não tiveram como cumprir as medidas sanitárias porque se quer possuíam habitações salubres para sua preservação e dignidade humana.

Nas constatações reveladas a partir das análises documentais no que tange à população afro-brasileira, as desigualdades raciais paradoxalmente às desigualdades sociais estão conectadas às escassas condições econômicas, sociais e familiares, na falta de infraestrutura e políticas educacionais, na carência de saneamento e serviços sociais básicos, na ausência de uma qualidade de vida, na violência, vulnerabilidade social, completo abandono estatal, percebemos assim o racismo e preconceito no descaso político para contenção da pandemia no país.

REFERÊNCIAS

I P E A . **Atlas da Violência**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 28/04/2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) COVID-19. Microdados [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2021. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 29/06/2022.

CASHMORE, E. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Selo Negro; 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Desigualdades entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia**. (Boletim especial 20 de novembro, Dia da Consciência Negra). 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.html>>. Acesso em: 28/04/2022.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. V. 1. Ensaios de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

HASEMBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

IANNI, O. **A ideia do Brasil Moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1992.

JESUS, R. **Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?** Tese (Doutorado em Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

MIRANDA, M. **Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Tradução: de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2003.

OLIVEIRA, A. A quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. **Realis**, Recife, v. 10, n. 01, p. 193-203, jan./jun. 2020.

REIS, Diego. **Pandemia e desigualdades raciais na educação brasileira: olhares crí(p)ticos, 2020. Disponível em:** < <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2711>> Acesso em:28/04/2022.

REZENDE, Mariana. **O conceito de letramento digital e suas implicações pedagógicas. Texto livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 94-107, 2016.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

Agradecimentos:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pelo apoio à investigação.